

APRESENTAÇÃO: EDUCAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO EM DEBATES

PRESENTATION:
EDUCATION, GENDER AND WORK IN DEBATES

W. R. M, ARAÚJO^{1*}, R. F. C. ANDRADE², A. O. ANDRADE³, A. M. O. SIQUEIRA⁴

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasil.

² Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Serviço Social, Brasil.

³ Universidade Federal do Amazonas, ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Brasil.

⁴ Universidade Federal de Viçosa Departamento de Química, Brasil.

ARTICLE INFO

Article history:

Received 2018-10-04

Accepted 2018-10-16

Available online 2018-10-31

Palavras-chave: Educação. Gênero. Trabalho.
Apresentação.

Keywords: Education. Gender. Work. Presentation.

**Autor correspondente:*

E-mail: marquesreis@hotmail.com

Neste volume compartilhamos discussões que contemplam abordagens acerca das temáticas educação, gênero e trabalho, onde os/as autores/as trazem suas preocupações com essas dimensões que permeiam a vida em sociedade. Apesar de termos organizado as discussões em seções temáticas, o recorte epistemológico que norteou a edição confirma a intersecção entre as três dimensões destacadas na organização que vos apresentamos. Educação, gênero e trabalho.

São temas muito caros para a vivência de uma democracia plena. São tempos instáveis e sombrios, que prescindem constante vigilância para não perdemos lugar nesses campos de conquistas históricas importantes para a cidadania plena.

Pensar a educação é estar comprometido com a vida. Paulo Freire (1921 -1997) é um pensador que sempre esteve comprometido com a vida: ele não pensava ideias, pensava sujeitos concretos; na mesma medida também foi um educador, pois materializava seu pensamento numa pedagogia totalizadora na *práxis* humana que, na sua subjetividade, redefine-se como educação libertadora. Vale citar que a “‘hominização’ não é adaptação: o homem não se naturaliza, humaniza o mundo. A ‘hominização’ não é só processo biológico é história” (FREIRE, 1995, p. 7). Esta noção defendida pelo mais expressivo educador brasileiro, mentor da educação para a consciência, cuja defesa por uma educação que ensine a “ler o mundo” para transformá-lo coloca em rediscussão a educação brasileira e o seu papel frente ameaças latentes de extremismos político-religiosos. Na condição de educadores, sejam quais forem as áreas e os níveis de atual docente, precisamos fazer de nossa *práxis* um desvelar do mundo, um caminho para os/as discentes romperem o que Paulo Freire denominou de "cultura do silêncio" e, sobremaneira, transformar a realidade, "como sujeitos da própria história". A proposta absurda da “Escola sem Partido” nos assombra e vai contra a função social da educação, uma vez que a dimensão política não pode ser cerceada ou retirada dos eventos humanos, tampouco da educação, pois “o homem é um animal político” na melhor das acepções de Aristóteles. A educação é uma janela que abre portas para possibilidades inimagináveis e leituras de mundo que podem romper com estruturas de dominação e opressões.

Pensar a sociedade a partir do viés das questões de gênero é redefinir papéis os sociais, promover a assimetria entre sujeitos é, por conseguinte, pensar além das estruturas heteronormativas e falocêntricas. Nísia Floresta (1810 - 1885), uma brasileira nascida no início do século XIX, foi a precursora da educação feminina ao criar a primeira escola para meninas no Brasil, numa época onde não havia o reconhecimento de direitos políticos para as mulheres. Por seu ativismo em favor da emancipação feminina, localizamos essa educadora potiguar como sendo a primeira feminista brasileira, cujas ações abriram caminho para muitas conquistas das mulheres brasileiras no campo da cidadania, sobretudo da educação, da política e do mundo do trabalho. Desde então, com a organização e institucionalização do feminismo em escala global, caracterizado pelas diferentes “ondas” (primeira, segunda e terceira) a categoria gênero vem sendo desenhada pela academia desde meados dos anos 1980. Para Juan Scott (1986), gênero é uma categoria de análise histórica que se apresenta como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Sabe-se que nas sociedades ocidentais predominam relações sociais assimétricas (ARAÚJO, 2015), cujas influencias se expressam nas posições que os sujeitos ocupam nas estruturas sociais.

À vista disso, trouxemos resultados de estudos que evidenciam como a sociedade produz desigualdades com base nas diferenças entre os sexos e os gêneros, que se perpetuam nas diferentes estruturas sociais com reflexos, sobremaneira, no mundo do trabalho e na educação.

A reflexão acerca do mundo do trabalho remete à leitura do mundo da vida com base na perspectiva de marxiana, cuja compreensão é a da centralidade desta categoria na vida de homens e mulheres. Podemos partir da ideia que o trabalho é a “atividade resultante do dispêndio de energias física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens (materiais ou imateriais), contribuindo, assim, para a reprodução da vida, individual e social” (LIEDKE, 2006, p. 319). Nos termos de Marx, os seres humanos apropriam-se da natureza transformando-a para sua sobrevivência e subsistência e, nesse processo de perpetuação da espécie humana, transformam a natureza e a si mesmos como indivíduos – produzindo não somente artefatos como a cultura. De modo que, essa atividade vital que distingue os indivíduos dos animais –, com a divisão do trabalho social deixa de ser livre e passa a ser exclusivamente meio de sobrevivência (MARX & ENGELS, 2002). Pensando a produção material nas sociedades contemporâneas, vemos por meio da aplicação do materialismo histórico enquanto uma ferramenta de análise, que as consequências da atuação direta do Estado neoliberal sobre a economia e a vida privada tem sido cada vez mais danosas. No Brasil, uma reforma trabalhista solapa conquistas de décadas atrás, corrobora o cenário político que acena incertezas em relação às demandas das minorias sociais intersectadas por questões de classe, gênero, raça e etnia.

Na seção Educação, “Rupturas e continuidades das políticas públicas para a educação profissional no Brasil entre 2003 e 2015”, de Denise Maduro, traz uma discussão interessante sobre as políticas públicas propostas pelo Governo Federal para a educação profissional, numa trajetória que não segue uma linearidade, revelando que este é um campo de lutas e disputas entre os interesses dos trabalhadores e as demandas do mercado.

Bianca Amaral da Cunha e Antônio Augusto Moreira de Faria, ao porem em voga “Chico Bento na Escola: uma intervenção pedagógica sobre o trabalho”, evidenciam a necessidade da transversalidade do debate do trabalho no processo formativo dos estudantes da educação básica, como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Para tanto, narram uma experiência lúdica e pedagógica desenvolvida junto a estudantes do 6º ano do ensino fundamental relacionando histórias em quadrinhos e a temática trabalho, com a adoção de um personagem de Maurício de Sousa muito conhecido no Brasil: Chico Bento.

“Curso Pré-Vestibular Universidade para todos: contribuições para o acesso de estudantes ao ensino superior e ao mercado de trabalho”, de Erivan Coqueiro Sousa, Claudio Pinto Nunes e Gilvan dos Santos Sousa, problematiza o papel de um curso pré-vestibular que, em Aracatu – BA, atua junto a estudantes egressos de ensino médio com vistas à inserção

destes no ensino superior, tarefa esta avaliada pelos egressos entrevistados como positiva. Revela que as condições socioeconômicas e a própria logística geográfica acabam por pesar na escolha dos estudantes quanto aos cursos para os quais prestarão vestibular.

A discussão proposta por Valéria Prazeres dos Santos e Arlete Ramos dos Santos em “Gestão escolar democrática: um olhar sobre as escolas do campo do município de Itabuna – BA”, põe em xeque a propositura de democratização da gestão escolar no campo e, ao fazê-lo, evidencia um descompasso entre o discurso e as práticas, muitas vezes marcadas pela centralização e não envolvimento dos sujeitos que deveriam participar das decisões sobre os caminhos da educação nas escolas do campo de Itabuna – BA.

Siomara Castro Nery, Stefanie Rodrigues Costa e Marizéte Silva Souza trazem para reflexão “Letramento digital: os desafios da relação discente-docente”, uma discussão atualíssima em tempos de era digital, que impõe novos desafios para discentes e docentes, já que o espaço educacional transcende as fronteiras da sala de aula no sentido tradicional. Para os docentes, as redes são um novo espaço no qual precisam aprender a caminhar, ou melhor, navegar.

Em “Educação do campo e agroecologia: por uma pedagogia do trabalho”, Mara Franco de Sá, Kelci Anne Pereira e Valcilene Rodrigues da Silva trazem reflexões emanadas de uma pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Piauí que enfoca a adoção do trabalho com princípio educativo na formação em Licenciatura em Educação do Campo, de modo a responder se este princípio educativo tem sido conduzido e se há transversalidade no trato da agroecologia no processo de formação.

A seção de artigos sobre gênero deste número apresenta em primeiro lugar “Mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelo Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campos Codó”, traz reflexões acerca das experiências e vivências de mulheres vítimas de violência doméstica. O foco do programa desenvolvido pela instituição tem como ponto de partida o mundo do trabalho, para que as mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades. O objetivo principal do projeto é o ingresso e a permanência com êxito da população feminina das comunidades que ficam localizadas no entorno do Instituto Federal, promovendo o protagonismo feminino.

No artigo “A questão de gênero como diversidade cultural nas empresas: impactos das mulheres e LGBT’s na gestão do conhecimento”, Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos, Selma Letícia Capinzaiki Ottonicar, Leonardo Pereira Pinheiro de Souza e Ieda Pelógia Martins Damian apresentam uma reflexão acerca da diversidade cultural na organização como fator crítico de sucesso na gestão do conhecimento, enfocando as questões de gênero e diversidade do trabalho. A pesquisa aponta que embora as questões de gênero e diversidade

estejam cada vez mais presentes na sociedade e nas organizações, são escassos trabalhos relacionando gênero e gestão do conhecimento.

Na seção Ciências Sociais, Dionas Ávila Pompeu Senna Ferreira e Laura Senna Ferreira, no seu artigo “Olhando a realidade através de um caleidoscópio teórico e epistemológico: procurando compreender as diversas facetas da profissão docente”, apontam alguns elementos que consideram significativos para a análise da formação da identidade profissional docente. São apontados pelos autores dois aspectos relevantes para a tal análise: o primeiro de ordem epistemológica, isto é, a produção do conhecimento com base nas especificidades das práticas; o segundo sugere o esforço para construção de um espaço teórico-epistemológico entre produtores de conhecimento acerca do tema identidade. À vista disso, o mérito da discussão mostra-se no empenho e tentativa de dialogar com a categoria gênero interseccionada a outros marcadores sociais de diferença, por exemplo, etnia, geração e geografia.

Flávio Raimundo Giarola, em seu artigo “O antiamericanismo entre os monarquistas como forma de combate à República (1889 - 1917)”, analisa o discurso antiamericanista após a proclamação da República no Brasil, buscando entender as representações dos Estados Unidos entre os restauradores e as influências desses na jovem república brasileira. O autor conclui, através da análise crítica dos escritos de monarquistas como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, que o surgimento dos Estados Unidos do Brasil era considerado, segundo a visão dos monarquistas, uma afronta à nacionalidade por recusar tudo que lhe era peculiar e, do mesmo modo, por buscar construir algo novo com base na introdução de princípios alheios à nacionalidade.

Na seção Trabalho, o artigo “Repensando a gestão e a organização do trabalho: perspectivas de intervenção a partir da participação dos trabalhadores”, Amanda Maria Marques Pimenta, Elisiene Chaves Fagundes e José Newton Garcia Araújo, apresentam resultados de dois estudos realizados através da pesquisa-ação: o primeiro acerca do reconhecimento dos trabalhadores de uma empresa pública do setor de serviços; o segundo discute o trabalho de agentes comunitários do setor de saúde nas estratégias de matriciamento em saúde mental, do SUS Betim. A pesquisa contribuiu para a reflexão crítica acerca dos modos de gestão atuais das organizações estudadas, apontando possibilidades de construção de uma modelo de gestão que vise melhorias tanto para os trabalhadores quanto para as organizações.

Júlia Gonçalves, Suzana da Rosa Tolfo e Lucas Schweitzer trazem reflexões no artigo “O reconhecimento no trabalho de motoristas de transporte coletivo urbano”, cujos resultados da pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, apontam a pluralidade de sentimentos associados ao trabalho como motorista e a sua organização. Conforme apontam os/as autores/as “as vivências de prazer mostraram-se associadas, principalmente, as diferentes

formas de reconhecimento no trabalho”. Do mesmo modo, segundo concluem, existe um autorreconhecimento e um reconhecimento da empresa, de passageiros e da comunidade sobre a importância do trabalho do motorista, possibilitando a construção de uma imagem e visão de si positiva enquanto categoria profissional.

O artigo das autoras Beatriz Botelho de Andrade, Leila de Fátima Santos, Lilian Machado Torres, “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem”, identificam os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem, tomando por base a revisão de literatura nacional e internacional localizadas em quatro bases de dados. Por meio da revisão de literaturas, as autoras indicam que os fatores de riscos identificados para os distúrbios musculoesqueléticos estão relacionados ao tipo de trabalho exercido, setor profissional, “às longas e exaustivas jornadas de trabalho, à sobrecarga de trabalho, postura inadequada entre outros”. A vista disso, elas evidenciam a necessidade de implantação de programas de saúde que visam a promoção da saúde e prevenção de agravos, bem como de monitoramento dos trabalhadores quanto à saúde física e mental.

Em “As relações entre facções clandestinas e a responsabilidade da marca empregadora”, Guilherme Marconatto Modelli e Otávio Augusto Custódio de Lima analisam a luz da história, a responsabilização civil da marca empregadora pelos danos morais e materiais, acerca da terceirização de serviços. Os autores discutem as medidas preventivas com relação ao ambiente laboral, problematizando com base na ideia da ofensa constitucional que as facções causam por afrontarem diretamente, conforme o exemplo citado, o princípio da dignidade humana. Conforme os autores pontuam, no Brasil, “facção” é a nomenclatura dada “às indústrias de confecções e vestuário que fazem seus serviços exclusivamente para outras empresas de confecções, seja indústria ou comércio”. À vista disso, dá-se um enfoque à análise da proteção institucional que é dada ao trabalhador, pontuando as condições análogas ao trabalho escravo em que se encontram.

Por fim, Wagner dos Reis Marques Araújo, apresenta dados parciais de uma pesquisa em doutorado que analisou a prostituição assumida como trabalho. O autor parte da compreensão das trajetórias de mulheres que prestam serviços de natureza sexual nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no estado de Rondônia (RO), construídas como promessa de crescimento econômico do Brasil. De acordo com os resultados parciais da pesquisa, as prostitutas declararam ter encontrado na prostituição possibilidades de negociações e de ganhos econômicos inexistentes no mercado de trabalho formal. Por exemplo, flexibilidade em termos de jornadas de trabalho, possibilidades de ganhos econômicos (principalmente entre as mais jovens) e mobilidade social impossíveis de se alcançarem através de outras atividades profissionais relegadas às mulheres dos estratos sociais subalternizados do Brasil.

Na seção de resumos, “De migrante a industrializado: a reconstrução da vida na cidade de Manaus”, Aldair Oliveira Andrade apresenta a sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa parte da narrativa dos migrantes para abordar o processo de reconstrução da vida de migrantes, que chegaram à capital Manaus a partir da década de 1960, onde desempenham ou desempenharam atividades no Polo Industrial de Manaus (PIM). O autor busca situar com base em dados empíricos como foi construído o projeto migratório, bem como as trajetórias dos migrantes e as redes estabelecidas nos diferentes espaços, por exemplo, os de trabalho e de sociabilidades. A tese confirma a dureza do trabalho industrial, paralelamente à da consecução dos projetos familiares e profissionais.

Em “A Presença da Mulher na Política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal”, Michelle Souza Vale apresenta a sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Souza analisa a participação das mulheres na política representativa, dando especial relevo ao protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal, num período conturbado da política brasileira. Na tessitura do estudo, a pesquisadora, com admirável maestria, buscou averiguar de que forma ocorreu a participação da primeira mulher senadora do Brasil, dando ênfase ao seu protagonismo político. De acordo com ela, “algumas conquistas das mulheres obtidas pelo movimento feminista da época foram decisivas para a chegada delas ao parlamento”. A pesquisa merece destaque por sua originalidade nos estudos sobre participação política das mulheres do estado do Amazonas.

Concluimos, por fim, esta apresentação com o alerta de Gramsci para a necessidade da formação de intelectuais orgânicos do proletariado como sujeitos capazes de promover mudanças nas condições materiais e subsistência da classe subalterna, uma postura que nos parece bem atual. As propostas pedagógicas gramscianas nasceram concretamente vinculadas a uma proposta política: a melhoria da sociedade como um todo mediante a melhoria das condições concretas de vida da classe subalterna, ou seja, a organização da cultura proletária mediante o trabalho do intelectual orgânico (MIGUEL, 2019). Tal proposta é herdada do idealismo do jovem Marx que denunciara anteriormente o papel da Escola que privilegiava a elite burguesa em detrimento da classe subalterna.

À vista do contexto da produção intelectual de Gramsci, com base sólida assentada no materialismo histórico, um dos pontos extraordinários atinentes à educação escolar de que é captado por esse intelectual é justamente a defasagem entre a escola tradicional, humanista e as novas necessidades da sociedade industrial da época (MIGUEL, 2019). Por isso ele propôs a “escola unitária” com uma formação teórico-prática com base na realidade material do sujeito. Nestes termos, inspirados por esse filósofo, sugerimos que vossas práticas

pedagógicas sejam transformadoras, transcendendo a educação escolar e acadêmica, embora as tenham implícita: formar sujeitos conscientes de sua realidade social.

Encerramos mais este número do volume 1 da Revista Relações Sociais, apresentando como nas edições anteriores, artigos e resumos de teses e dissertações de temas que interessam a quem volta o olhar epistemológico para os estudos da sociedade com base nas categorias trabalho, gênero e educação. Boas leituras!

Dr. Wagner dos Reis Marques Araújo/UFRGS

Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade/UFAM

Dr. Aldair Oliveira de Andrade/UFAM

Dr. Antônio Marcos de Oliveira Siqueira/UFV

Editores/as

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

ARAÚJO, Wagner dos R. M. **As mulheres Sateré-Mawé:** nas tramas do trabalho doméstico em Manaus. Manaus: EDUA, 2015.

ARISTÓTELES. **A política.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

LIEDKE, Elida Rubini. **Trabalho.** In. Dicionário de trabalho e tecnologia. Antonio David Cattani, Lorena Holzmann, organizadores. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 319 - 324.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Trad. Castro e Costa, L. C.. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MIGUEL, Maria E. B. **O pensamento pedagógico de Gramsci.** Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis09/art4_9.html >. Acessado em: 9 de out. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma Categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.